



ESTADO DE GOIÁS

CAMARA MUNICIPAL DE ISRAELANDIA

Rua Melquiades Antonio Cláudio nº 12 Centro Fone Fax (64) 3678-1144

Email : camaramunicipaldeisraelandia@hotmail.com



## CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N° 001/2015

Israelândia, 17 de janeiro de 2016

# CADERNO DE PROVAS

## PROCURADOR

### INSTRUÇÕES

1 - Este caderno de provas contém **40 (quarenta)** questões objetivas de múltipla escolha – **PORTUGUÊS (Questões de 01 à 10), CONHECIMENTOS GERAIS (Questões de 11 à 20) e CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (Questões de 21 à 40)** - e são compreendidas de 05 (cinco) alternativas identificadas pelas letras: A, B, C, D, E, das quais, existe apenas uma alternativa correta. **Se o candidato marcar mais de uma alternativa no CARTÃO ÓPTICO, em quaisquer das questões, esta será computada como errada.**

2 – Autorizado o início da PROVA, O(A) CANDIDATO(A) deverá verificar se o caderno de prova está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, O(A) CANDIDATO(A) deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

3 - As provas de Português, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos terão a seguinte pontuação: cada questão da prova de Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais (peso 1) valerá 10 (dez) pontos e Conhecimentos Específicos (peso 2) valerá 05 (cinco) pontos, podendo o candidato alcançar de 0 a 100 pontos, totalizando 400 (quatrocentos) pontos nas 03 (três) provas.

4 - **O candidato terá um prazo de 03 (três) horas** após a comunicação pelo fiscal do horário de início das provas para **responder as questões deste caderno e transportá-las para o CARTÃO ÓPTICO**, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova. **Atenção ao marcar o CARTÃO ÓPTICO, pois ele não será substituído.**

5 – Ao receber o CARTÃO ÓPTICO O(A) CANDIDATO(A) deve conferir seus dados pessoais, em especial seu nome e o número de inscrição.

6 - somente quando estiver faltando 30 (trinta) minutos para o término das 03 (três) horas poderá O(A) CANDIDATO(A) levar consigo o caderno de prova.

7 - O candidato que insistir em sair, descumprindo o disposto no item 06, deverá assinar termo de ocorrência, declarando sua desistência do Concurso Público, o que será lavrado pelos fiscais de sala e pelo coordenador do local, passando à condição de excluído do certame.

8 - **O candidato deverá escrever no CARTÃO ÓPTICO** no campo destinado, legivelmente, sem abreviaturas, rasuras ou rubricas, **seu nome e marcar o número de inscrição** de acordo com o documento apresentado ao fiscal.

9 - Não é permitida a consulta a qualquer material (livros, dicionários, apostilas, apontamentos, calculadoras, bips, celulares) ou a outro candidato, situação esta, que se constatada, o fiscal recolherá a prova do candidato faltoso, que estará automaticamente eliminado do certame seletivo.

10 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

11 - O gabarito oficial será divulgado no Placar da Câmara e no site [www.perfas.com.br](http://www.perfas.com.br), até às 23:59 horas do dia 20/01/2016.

12 - Empresa responsável pela realização do CONCURSO PÚBLICO: PERFAS – Planejamento e Assessoria Municipal Ltda. – Rua T-30, qd. 64, It. 12, casa 03, esq. c/ T-50, Setor Bueno. (e-mail: [contato@perfas.com.br](mailto:contato@perfas.com.br)).

13 – O **CARTÃO ÓPTICO** deverá ser marcado conforme **MODELO ABAIXO**, sendo de inteira responsabilidade do candidato a marcação errada e a não leitura dos dados quando da correção. **ATENÇÃO: MARQUE O NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA FORMA INDICADA NA ETIQUETA DO CARTÃO ÓPTICO, OU SEJA, COM 05 (CINCO) NÚMEROS, INCLUSIVE OS ZEROS.**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO (EXEMPLO): 10 ou 00010 FORMA DE PREENCHIMENTO	CARTÃO ÓPTICO FORMA DE PREENCHIMENTO

**PROVA DE PORTUGUÊS****VAGA PARA ESTAGIÁRIA**

Curso o 7º Período de Análise de Sistemas de uma universidade particular. Desde o princípio fui muito dedicada, como sou até hoje. Esforço-me para conquistar algo referente à minha área, mas muitas empresas me fecham as portas por desejar que meus conhecimentos sejam além daqueles que possuo, que são ensinados nas aulas.

Penso se a culpa disso cabe à universidade, que coloca graduados em um mercado que certamente é crescente, mas sem o embasamento prático. Ou será que só de teoria vivem os analistas? A universidade não possui convênio com nenhuma empresa para aprendermos a prática, da qual todo profissional precisa.

Sempre que faço algum teste para uma possível contratação para estagiária (visto que estou com o intuito de aprender), as provas fogem da realidade dos ensinamentos de meu curso. Com certeza, nenhuma empresa contrata uma estagiária sem ter algum conhecimento.

Não sei o que acontecerá com milhares de estudantes deste excelente curso, já que tem se tornado um sério problema conseguir uma vaga neste mercado tão competitivo. A universidade não dá o suporte ao estudante. Pagamos uma mensalidade cara para chegar ao final de quatro anos e ficarmos sem nenhum amparo.

Preciso de ajuda, não quero ser apenas uma graduada, mas uma profissional eximia. Mas se nunca ninguém der uma chance para uma pessoa que quer aprender, fica difícil de acreditar em um mundo melhor. Concluo o curso no fim do ano e estou preocupada. Ou será que não há motivo para tanto?

(Carta do leitor – adaptada – O Popular)

**QUESTÃO 01:**

A leitura da carta acima, permite-nos fazer as seguintes afirmações:

- I - A leitora, na sua carta, mostra que as universidades, via de regra, vêm prestando um desserviço à causa do aluno universitário.
- II - A carta denuncia exclusivamente as empresas que obstruem a entrada de estagiários formandos no mercado de trabalho.
- III - “Não sei o que acontecerá com milhares de estudantes deste excelente curso...”. Há

uma nítida contradição na afirmação transcrita.

- IV - A carta critica o fato de as empresas exigirem estagiários com uma competência intelectual que não lhes está sendo passada no dia a dia das salas de aula.

São corretos os itens:

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

**QUESTÃO 02:**

Leia as frases abaixo:

- I - Os deputados que apoiam o governo votarão a favor do projeto apresentado.
- II - Os deputados, que apoiam o governo, votarão a favor do projeto apresentado.

Com relação às frases, identifique a afirmação correta:

- (A) Tanto em I como em II o termo **que** é uma conjunção integrante.
- (B) Em I, afirma-se que todos os deputados votarão a favor do projeto apresentado, visto que todos eles o apoiam.
- (C) Em II, afirma-se que só uma parte dos deputados apoiam o governo, logo o projeto corre o risco de não ser aprovado.
- (D) Tanto em I como em II o sentido é o mesmo.
- (E) Tanto em I como em II, o termo **que** é um pronome relativo.

**QUESTÃO 03:**

Considere as possibilidades de diferentes leituras e assinale a frase que não apresenta ambiguidade:

- (A) Os policias assistiram o incêndio do prédio.
- (B) Os moradores do condomínio, que são inteligentes, criticaram as mudanças feitas na área de lazer.
- (C) Antônio contou a João que seu carro estava batido.
- (D) Nunca bata num homem com óculos.
- (E) O maestro ironizou o talento musical da filha da atriz, que, anos mais tarde, viria a ser esposa dele.

**Texto para as questões 4, 5 e 6**

“Um anjo dorme aqui; na aurora apenas, disse adeus ao brilhar das açucenas sem ter na vida alevantado o véu.

- Rosa tocada de cruel granizo -

Cedo firmou-se e no infantil sorriso

passou do berço pra brincar no céu”.

(Casimiro de Abreu – Primaveras)

**QUESTÃO 04:**

O tema se desenvolve com base em uma figura de linguagem cujo nome é:

- (A) eufemismo.
- (B) prosopopeia.
- (C) hipérbole.
- (D) metonímia.
- (E) antítese.

**QUESTÃO 05:**

No contexto poético, pertence ao mesmo campo poético:

- (A) berço e céu.
- (B) aurora e véu.
- (C) anjo e rosa.
- (D) granizo e sorriso.
- (E) cruel e infantil.

**QUESTÃO 06:**

O tema do texto é:

- (A) O apego do eu-lírico por uma certa criança.
- (B) A morte de uma criança.
- (C) O sofrimento pela morte de uma criança.
- (D) O nascimento de uma criança.
- (E) A inocência de uma criança.

**QUESTÃO 07:**

Assinale a opção em que o verbo **haver** é impessoal, portanto não deveria estar no plural:

- (A) Os candidatos se houveram bem nas provas do concurso.
- (B) Os infratores das leis de trânsito se haverão com a justiça.

- (C) Alguns políticos haviam adquirido muitas propriedades devido à corrupção.
- (D) No último final de semana, houveram muitos acidentes de carro nas rodovias federais.
- (E) Todos os alunos houveram por bem participar do projeto cultural.

**QUESTÃO 08:**

Identifique a alternativa em que o uso da crase não está correto:

- (A) Em seu discurso, o candidato fez referências à decisões do seu partido.
- (B) O candidato chegou às pressas ao local da prova.
- (C) O guarda se referiu àquelas normas de trânsito que devem ser seguidas por todos os motoristas.
- (D) O guia decidiu que todos iriam a pé, mas somente à noite.
- (E) As lojas abrem-se às oito horas, de segunda a sábado.

**QUESTÃO 09:**

Considere os períodos I, II e III pontuados de maneiras diferentes:

I - André, o gerente do banco ligou e deixou um recado.

André, o gerente do banco, ligou e deixou um recado.

II - De repente, os amigos perceberam que estavam discutindo à toa.

De repente os amigos perceberam que estavam discutindo à toa.

III - A velhinha caminhava pela praça, silenciosa.

A velhinha caminhava pela praça silenciosa.

Com a alteração da pontuação, houve mudança de sentido somente em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

**QUESTÃO 10:**

Assinale a alternativa que contém formas verbais que preenchem corretamente as lacunas da frase abaixo:

Ao \_\_\_\_\_ que os candidatos iriam se desentender, o jornalista \_\_\_\_\_ de imediato e pediu-lhes que se \_\_\_\_\_ para evitar um mal maior.

- (A) previr / entreviu / contessem.
- (B) prever / entreviu / contivessem.
- (C) prever / interveio / contivessem.
- (D) previr / interveio / contesse.
- (E) prever / entreviu / contessem.

**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS****QUESTÃO 11:**

A CF/88 concedeu a capacidade de auto-organização aos Municípios, assim, possibilitou que cada Município tivesse a sua própria Lei Orgânica. Portanto podemos afirmar que:

- (A) A capacidade de auto-organização dos Municípios decorre do poder constituinte derivado.
- (B) Somente os Estados possuem o poder constituinte derivado.
- (C) O poder constituinte derivado que foram investidos os Municípios também é denominado secundário.
- (D) O poder constituinte derivado dos Municípios se manifesta pela autorização da Constituição Estadual.
- (E) N.D.A.

**QUESTÃO 12:**

À ação para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público, denomina-se:

- (A) Mandado de Segurança.
- (B) Habeas Corpus.

- (C) Habeas Data.
- (D) Mandado de Injunção.
- (E) N.D.A.

**QUESTÃO 13:**

Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias é denominada:

- (A) Concurso.
- (B) Pregão.
- (C) Convite.
- (D) Tomada de Preços
- (E) Concorrência.

**QUESTÃO 14:**

O Prefeito de Israelândia enviou um projeto de lei à Câmara Municipal para a desapropriação de uma área de terras no Município vizinho de Fazenda Nova. Marque a alternativa correta.

- (A) Os vereadores rejeitaram o projeto por inconstitucionalidade devido a impossibilidade de desapropriação de área localizada em outro Município.
- (B) Os vereadores aprovaram o projeto por ser constitucional a desapropriação de área localizada em outro Município.
- (C) Os vereadores devolveram o projeto para que seja enviado a Câmara de Fazenda Nova, local onde está localizado a área a ser desapropriada.
- (D) Os vereadores enviaram o projeto para que a Assembleia Legislativa de Goiás, que é o poder constituído para dirimir conflito de competência entre Municípios sobre desapropriação.
- (E) N.D.A.

**QUESTÃO 15:**

“São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.”. (Lei n.º

10.406/2002 – Código Civil (art. 98))

Marque a alternativa correta:

- (A) São bens públicos tanto aqueles pertencentes à União Federal, Estados e municípios, como aqueles pertencentes a autarquias, fundações de direito público, associações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (B) São bens públicos aqueles pertencentes à União Federal, Estados e municípios, como aqueles pertencentes a fundações de direito público e associações públicas.
- (C) São bens públicos tanto aqueles pertencentes à União Federal, Estados e municípios, como aqueles pertencentes a autarquias, fundações de direito público, associações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista
- (D) São bens públicos aqueles pertencentes a autarquias, fundações de direito público, associações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista
- (E) N.D.A.

**QUESTÃO 16:**

O Código de Processo Civil vigente rege que a Fazenda Pública tem o benefício do prazo em dobro. Nas alternativas abaixo, onde a Fazenda Pública tem prazo singelo?

- (A) Apresentação de Recurso de Apelação.
- (B) Apresentação de Recurso Especial.
- (C) Apresentação de contrarrazões a Apelação.
- (D) Apresentação de Embargos Declaratórios.
- (E) N.D.A.

**QUESTÃO 17:**

Os servidores da Câmara Municipal de Israelândia regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, em sendo desligados do cargo público tem direito a quais verbas rescisórias:

- (A) Saldo de salário, 13º salário, férias e 1/3 de férias.
- (B) Saldo de salário, 13º salário, férias, 1/3 de férias e FGTS.
- (C) Saldo de salário, 13º salário, férias e FGTS.
- (D) Saldo de salário, férias, 1/3 de férias e FGTS.
- (E) N.D.A.

**QUESTÃO 18:**

São crimes contra a administração da justiça, EXCETO:

- (A) Sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
- (B) Denúncia caluniosa.
- (C) Emissão de título ao portador sem permissão legal.
- (D) Favorecimento pessoal.
- (E) Patrocínio infiel.

**QUESTÃO 19:**

Assinale com “V” para verdadeiro ou “F” para falso:

- I. Segundo o princípio da legalidade tributária faz-se necessária, em regra, uma Lei para instituir ou aumentar um tributo.
- II. No princípio da isonomia os contribuintes que se encontrem em idêntica situação, serão submetidos a idêntico regime fiscal.
- III. Para cobrar tributos a lei pode retroagir em alguns casos, pode cobrar tributos de fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os instituiu ou aumentou.
- IV. Segundo o princípio da anterioridade o ente da federação pode cobrar tributo no mesmo

exercício financeiro em que foi publicada a Lei que o instituiu ou aumentou.

V. O princípio do não-confisco refere-se a tributação abusiva.

A seqüência correta é:

- (A) V,V,F,F,V
- (B) V,F,F,F,V
- (C) F,V,V,V,F
- (D) F,F,V,V,F
- (E) F,F,V,V,F

#### QUESTÃO 20:

Considerando a frase abaixo, retirada da Constituição do Estado de Goiás, assinale a opção que preenche corretamente as lacunas:

O prefeito deverá apresentar as contas ao Tribunal de Contas dos Municípios, sendo os balancetes \_\_\_\_\_ em até quarenta e cinco dias contados do encerramento do \_\_\_\_\_.

- (A) Mensais – mês.
- (B) Trimestralmente – trimestre.
- (C) Anualmente – ano.
- (D) Semestralmente – semestre.
- (E) N.D.A.

### PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

#### QUESTÃO 21:

Ato administrativo é o ato emanado de órgão competente, no exercício legal de suas funções. Quanto a classificação dos atos administrativos e seus destinatários, marque a alternativa correta:

- (A) São exemplos de atos individuais a demissão, a exoneração e a outorga de licença.
- (B) São exemplos de atos gerais a demissão, a exoneração e a outorga de licença.
- (C) São exemplos de atos internos o edital, o regulamento e as instruções de concurso público.
- (D) São exemplos de atos internos as circulares, as portarias e as instruções.

- (E) São exemplos de atos externos a admissão e a licença.

#### QUESTÃO 22:

A Constituição Federal de 1988 incluiu os Municípios como entes autônomos componentes da Federação. Antes de 1988, a Constituição remetia aos Estados o poder de criar e organizar seus Municípios, contudo a partir de 1988, tais normas dirigem-se diretamente aos Municípios, que passam a ter o poder de auto-organização. Quanto a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios é correto afirmar.

- (A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei federal, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.
- (B) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei
- (C) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei
- (D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período

determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

- (E) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

**QUESTÃO 23:**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária, tratado na Lei Complementar nº 101/2000 e referido no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, abrange todos os Poderes e o Ministério Público, devendo ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, sendo composto de balanço orçamentário e demonstrativo de execução de receitas e despesas. Deverão obrigatoriamente acompanhar o Relatório Resumido, EXCETO:

- (A) apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º da LC 101/2000, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
- (B) receitas e despesas previdenciárias referidas no inciso IV do art. 50 LC 101/2000;
- (C) resultados nominal e primário;
- (D) demonstrativo das dívidas consolidadas e mobiliárias;
- (E) restos a pagar, detalhando os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

**QUESTÃO 24:**

A Prefeitura de Israelândia incluiu no orçamento a previsão do pagamento de precatórios judiciais do ano de 2014. Ao final da execução orçamentária no ano de 2015, a parcela desses precatórios que não foi paga integrará, para fins de limite de endividamento:

- (A) A dívida pública mobiliária
- (B) A dívida flutuante
- (C) A dívida consolidada.
- (D) As despesas de exercícios anteriores.
- (E) N.D.A

**QUESTÃO 25:**

A Câmara Municipal possui quatro funções básicas, dentre as quais prepondera a legislativa, que consiste na elaboração de normas genéricas e abstratas – as leis. A esse respeito, a Constituição Federal assegura aos Municípios plena competência para:

- (A) Legislar sobre assuntos de interesse local e estadual.
- (B) Criar, organizar e suprimir limites entre municípios, observada a legislação Federal.
- (C) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino médio.
- (D) Planos e programas de desenvolvimento do Município e do Estado.
- (E) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

**QUESTÃO 26:**

A Constituição Federal prevê que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal de Israelândia, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais:

- (A) 9% (nove por cento).
- (B) 8% (oito por cento).
- (C) 7% (sete por cento).
- (D) 6% (seis por cento).
- (E) 5% (cinco por cento)

**QUESTÃO 27:**

Segundo a Constituição Federal de 1988, um dos instrumentos em que se materializa o processo de planejamento do Município de Israelândia é o Plano Plurianual - PPA. Assinale a opção em que a afirmação se aplica inteiramente ao PPA.

- (A) O PPA não abrange todos os projetos do ente, em razão das emergências não possíveis de serem previstas em lei.
- (B) O PPA tem seu foco nos programas de governo, seu período de abrangência é de quatro anos podendo ser revisado a cada ano.
- (C) A elaboração do PPA é feita no nível de cada órgão e sua submissão ao Câmara Municipal se dá por intermédio da presidência de cada um dos Poderes.
- (D) O PPA, embora fundamentado em programas de governo, tem como objetivo definir as modalidades de aplicação de recursos que priorizam o cumprimento das políticas públicas.
- (E) A inclusão de novos programas no PPA se dá na revisão anual e está condicionada ao cumprimento das metas anteriormente aprovadas.

**QUESTÃO 28:**

Conforme o Estatuto da Cidade, Lei no 10.257/2001, o Plano Diretor aprovado por lei municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O plano diretor é obrigatório para cidades:

- (A) Com mais de dez mil habitantes.
- (B) Integrantes de áreas de especial interesse turístico.
- (C) Integrantes de regiões rurais e aglomerações regionais.
- (D) Inseridas na área de influência social.
- (E) Inseridas na área de influência, mas sem significativo impacto ambiental.

**QUESTÃO 29:**

Aprovada em 21 de agosto de 2008, a Súmula Vinculante nº 13 estabelece que a nomeação de parentes da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. O nepotismo é vedado até qual grau de parentesco.

- (A) Não existe limitação;
- (B) 4º grau.
- (C) 1º grau.
- (D) 3º grau .
- (E) 2º grau.

**QUESTÃO 30:**

A Constituição Federal de 1988, no § 6º do art. 37, estipulou a responsabilidade do Estado brasileiro, baseado na teoria do risco administrativo. Considerando a responsabilidade Civil do Município e a aplicação da Responsabilidade objetiva, é correto afirmar:

- (A) Se o dano for causado por omissão e não por ação do agente, o Município não está obrigado a reparar o dano ou de indenizar a vítima.
- (B) O Município só responderá por danos causados pelos seus agentes a terceiros, se provado que aqueles agiram com dolo ou culpa.
- (C) O Município só responderá por danos causados a terceiros se decorrentes de fenômenos da natureza ou provocados por terceiros, porque a responsabilidade civil é objetiva.
- (D) A culpa da vítima, mesmo que exclusiva, não exclui a responsabilidade civil do Município, porque essa é objetiva.



- (E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente de prova de culpa no cometimento da lesão.

**QUESTÃO 31:**

Montesquieu, na sua clássica obra “O Espírito das Leis”, elaborou a ideia da Separação de Poderes, com base na experiência política inglesa. Esse princípio está presente na Constituição brasileira sob a forma de cláusula pétrea, que consiste.

- (A) No esquema de independência equilibrada entre os poderes, que constitui o sistema de freios e contrapesos.
- (B) No regime presidencialista, já que no parlamentarismo o chefe do executivo é determinado pelo poder legislativo e, portanto, não há separação entre os poderes
- (C) Na absoluta e necessária independência dos poderes, de modo que apenas o Poder Judiciário possa fiscalizar os demais.
- (D) Na concentração das diversas competências do Estado no poder Executivo.
- (E) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

**QUESTÃO 32:**

Marque a alternativa correta.

- (A) No caso brasileiro, a titularidade da soberania, por expressa previsão constitucional, é do Estado brasileiro.
- (B) O Estado moderno brasileiro, quando do seu surgimento, tinha como características próprias: ser um Estado nacional, correspondente a uma nação ou comunidade histórico-cultural, possuir soberania e ter por uma de suas bases o poder religioso.
- (C) O Estado, visto como Estado-comunidade, refere-se ao poder político manifestado por

meio de órgãos, serviços e relações de autoridade.

- (D) O poder político ou poder estatal é o instrumento de que se vale o Estado moderno para coordenar e impor regras e limites à sociedade civil, sendo a delegabilidade uma das características fundamentais desse poder.
- (E) Um dos objetos do Direito Constitucional Comparado é o estudo das normas jurídicas positivadas nos textos das Constituições de um mesmo Estado, em diferentes momentos histórico-temporais.

**QUESTÃO 33:**

Em relação aos servidores públicos do Município de Israelândia, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica Municipal, estabelece que:

- (A) Uma vez estáveis, somente podem perder o cargo em virtude de sentença judicial, de processo administrativo ou de procedimento de avaliação periódica, assegurada sempre a ampla defesa.
- (B) Uma vez estáveis, somente podem perder o cargo em virtude de sentença judicial e de processo administrativo, assegurada ampla defesa.
- (C) Adquirem a estabilidade após três anos de efetivo exercício, sejam eles concursados ou exercentes de cargo em comissão.
- (D) Adquirem a estabilidade após dois anos de exercício, caso ocupantes de cargo de confiança, e de três anos, caso efetivos.
- (E) Enquanto não adquirirem estabilidade, podem ser demitidos independentemente de qualquer procedimento administrativo.

**QUESTÃO 34:**

Marque a alternativa em que a competência não é de responsabilidade do município de Israelândia.

- (A) manter programas de educação infantil e ensino fundamental.
- (B) explorar diretamente ou mediante concessão os serviços locais de gás canalizado.
- (C) legislar sobre assuntos de interesse local.
- (D) instituir tributos de sua competência.
- (E) criar e suprimir distritos.

**QUESTÃO 35:**

Complete as lacunas abaixo, de acordo com as disposições da Constituição Federal e do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, assinalando a alternativa correta:

O funcionário, ocupante de cargo de provimento efetivo, será aposentado compulsoriamente quando completar a idade de \_\_\_\_\_ anos ou outra inferior que a lei estabelecer para determinados cargos ou carreira, tendo em vista a natureza especial de suas atribuições, e, voluntariamente após \_\_\_\_\_ anos de serviço, quando do sexo masculino, e após \_\_\_\_\_ anos de serviço quando do sexo feminino.

- (A) 60 (sessenta); 30 (trinta); 25 (vinte e cinco).
- (B) 70 (setenta); 35 (trinta e cinco); 30 (trinta).
- (C) 65 (sessenta e cinco); 35 (trinta e cinco); 30 (trinta).
- (D) 75 (setenta e cinco); 35 (trinta e cinco); 30 (trinta).
- (E) 65 (sessenta e cinco); 30 (trinta); 25 (vinte e cinco).

**QUESTÃO 36:**

O Poder Legislativo em Israelândia é representado pela Câmara Municipal, sendo os vereadores eleitos os representantes do povo, atuando na elaboração da regulamentação das matérias de âmbito municipal. A esta atividade dá-se o nome de Processo Legislativo. Conforme previsão consignada na Lei Orgânica Municipal, o Processo Legislativo compreende a elaboração de:

- (A) Emendas à Lei Orgânica do Município, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos, Resoluções.
- (B) Emendas à Constituição Estadual, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos, Resoluções.
- (C) Emendas à Lei Orgânica do Município, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos, Decretos-Lei, Resoluções.
- (D) Propostas de Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos, Resoluções.
- (E) Emendas à Lei Orgânica do Município, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos, Resoluções, Pareceres, Atos do Executivo.

**QUESTÃO 37:**

Quanto ao servidor público é correto afirmar.

- (A) Toda conduta antiética do servidor público deve ser punida, ainda que identificada fora da Câmara Municipal.
- (B) Os deveres dos servidores públicos civis federais incluem a observância das normas legais e regulamentares, o cumprimento incondicional das ordens superiores e o exercício, com zelo e dedicação, das atribuições do cargo.
- (C) Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, convertendo-se, automaticamente, em pedido de exoneração do outro cargo.
- (D) A responsabilidade administrativa de servidor acusado será afastada, caso ele seja absolvido criminalmente por falta de provas.
- (E) No contexto da ação pública, ética e moral são considerados termos sinônimos, visto que ambos dizem respeito a um conjunto de normas, princípios, preceitos e valores que

norteiam o comportamento de indivíduos e grupos, na distinção entre o bem e o mal, o legal e o ilegal.

**QUESTÃO 38:**

Dentre as funções legislativas da Câmara Municipal de Israelândia inclui-se as emendas à Lei Orgânica Municipal e, segundo o seu Regimento Interno, para a aprovação de projeto com essa finalidade é necessário:

- (A) votos de dois terços dos vereadores e aprovação em dois turnos.
- (B) votos de dois terços dos vereadores e aprovação em um único turno.
- (C) votos de três quintos dos vereadores e aprovação em dois turnos.
- (D) votos de três quintos dos vereadores e aprovação em um único turno.
- (E) votos de um terço dos vereadores e aprovação em um único turno.

**QUESTÃO 39:**

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás prestará suas contas:

- (A) Anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de trinta dias, a contar da abertura da sessão legislativa.
- (B) Semestralmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias, a contar do encerramento do semestre fiscal.
- (C) Anualmente, ao Tribunal de Justiça de Goiás, no prazo de sessenta dias, a contar do início do ano fiscal.
- (D) Anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa.

- (E) Semestralmente, ao Tribunal de Justiça de Goiás, no prazo de trinta dias, a contar do encerramento do semestre fiscal.

**QUESTÃO 40:**

De acordo com as disposições da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), quais os limites máximos de gastos com pessoal a serem cumpridos pela Prefeitura e Câmara Municipal, respectivamente?

- (A) 54% e 70%
- (B) 55% e 5%
- (C) 54% e 6%
- (D) 50% e 10%
- (E) 51% e 60%

**BOA PROVA!!!**



## FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

QUESTÃO	GABARITO
<u>01</u>	
<u>02</u>	
<u>03</u>	
<u>04</u>	
<u>05</u>	
<u>06</u>	
<u>07</u>	
<u>08</u>	
<u>09</u>	
<u>10</u>	
<u>11</u>	
<u>12</u>	
<u>13</u>	
<u>14</u>	
<u>15</u>	
<u>16</u>	
<u>17</u>	
<u>18</u>	
<u>19</u>	
<u>20</u>	
<u>21</u>	
<u>22</u>	
<u>23</u>	
<u>24</u>	
<u>25</u>	
<u>26</u>	
<u>27</u>	
<u>28</u>	
<u>29</u>	
<u>30</u>	
<u>31</u>	
<u>32</u>	
<u>33</u>	
<u>34</u>	
<u>35</u>	
<u>36</u>	
<u>37</u>	
<u>38</u>	
<u>39</u>	
<u>40</u>	